



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista de Controle Externo**  
**Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos I

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

**Notícias e mais notícias**

*Confesso que já estou cheio de me informar sobre o mundo. Pela TV, pelo rádio, pelos incontáveis canais da Internet, pelos celulares, pelos velhos jornais e revistas não param de chegar notícias, comentários, opiniões formadas. Essas manifestações me cercam, obrigam-me a tomar conhecimento de tudo, enlaçam-me numa rede de informações infinitas, não me deixam ignorar nenhum acontecimento, do assalto no bar da esquina aos confrontos no Oriente Médio. Gostaria de descansar os olhos e os ouvidos, daria tudo para que se calassem por algum tempo essas notícias invasoras, e me sobrasse tempo para não saber mais nada de nada...*

*Minha utopia é acordar num dia sem notícias, quando os únicos acontecimentos sensíveis fossem os da natureza e os do corpo: amanhecer, clarear, ventar, escurecer – e andar, olhar, ouvir, sentar, deitar, dormir. Parece pouco, mas é mais que muito: é impossível. É impossível fruir esse estado de contemplação – melhor dizendo: de pura e permanente percepção de si e do mundo. Até porque partiria de nós mesmos a violação desse estado: em algum momento nos cansaríamos e passaríamos a cogitar coisas, a avaliar, a imaginar, e estenderíamos nossa curiosidade para tudo o que estivesse próximo ou distante. Em suma: iríamos atrás de informações. Ficaríamos ávidos por notícias do mundo.*

*O ideal talvez fosse um meio termo: nem nos escravizarmos à necessidade de notícias, nem nos abandonarmos a um confinamento doentio. Mas o homem moderno sabe cada vez menos equilibrar-se entre os extremos. Nossa época, plena de novidades, não nos deixa descansar. Cada tela apagada, cada aparelho desligado parece espreitar-nos, provocando-nos: – Você sabe o que está perdendo?*

*Desconfio que estejamos perdendo a capacidade de nos distrairmos um pouco com nós mesmos, com nossa memória, com nossos desejos, com nossas expectativas. Bem que poderíamos acreditar que há, dentro de nós, novidades a serem descobertas, notícias profundas de nós, que pedem calma e silêncio para se darem a conhecer.*

(Aristides Bianco, inédito)

1. O autor do texto mostra-se, fundamentalmente, insatisfeito com
- (A) a irrelevância da maioria das matérias que pesquisa na Internet.
  - (B) o descaso com que os meios de comunicação veiculam informações.
  - (C) a profusão de informações que nos fazem esquecer de nós mesmos.
  - (D) a tendência moderna de valorizar em excesso as aptidões individuais.
  - (E) o excesso de estímulos que nos levam a uma permanente autoavaliação.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, o autor mostra-se ressentido com o fato de que só lhe chegam notícias que não têm qualquer importância.
  - II. No segundo parágrafo, a utopia referida pelo autor diz respeito a seu desejo de ter pleno controle sobre os meios de comunicação modernos.
  - III. No terceiro parágrafo, o autor propõe, em substituição à utopia referida no parágrafo anterior, a postulação de um sensato equilíbrio.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III, apenas.
3. No último parágrafo, o autor manifesta sua dúvida quanto à
- (A) possibilidade de interiorização e autoconhecimento do homem moderno.
  - (B) existência de algo que valha a pena perscrutar dentro de nós.
  - (C) capacidade de retenção de nossa memória pouco exercitada.
  - (D) importância do silêncio, de que brotam profundas revelações.
  - (E) expectativa de que venhamos a saber filtrar as notícias do mundo.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *rede de informações infinitas* = cadeia de eventos intransmissíveis.
  - (B) *é impossível fruir* = é impraticável deslizar.
  - (C) *parece espreitar-nos* = simula divisar-nos.
  - (D) *um confinamento doentio* = um nocivo insulamento.
  - (E) *equilibrar-se entre os extremos* = amalgamar as polaridades.
5. O autor vale-se da referência *do assalto no bar da esquina aos confrontos do Oriente Médio* para
- (A) manifestar sua inconformada reação diante da violência urbana.
  - (B) exemplificar a variação e a desproporção características dos noticiários.
  - (C) referendar a combatividade das reportagens que denunciam os fatos.
  - (D) acusar o sensacionalismo com que se avaliam fatos políticos.
  - (E) ilustrar a frieza e a uniformidade com que se veiculam as notícias.



6. Na penúltima linha do segundo parágrafo, a frase *iríamos atrás de informação* expressa uma justificativa para o fato que se afirma em:
- (A) *Parece pouco, mas é mais que muito.*  
 (B) *O ideal talvez fosse um meio termo.*  
 (C) *(...) partiria de nós mesmos a violação desse estado (...)*  
 (D) *Minha utopia é esta: acordar num dia sem notícias (...)*  
 (E) *(...) pura e permanente percepção de si e do mundo.*
7. No último parágrafo, o autor admite que
- (A) há um tipo de notícias que seria muito proveitoso acessar.  
 (B) não é de todo mau que nos envolvamos com as notícias do mundo.  
 (C) seria preferível distrairmo-nos a ficarmos absortos em nós mesmos.  
 (D) a paz e o silêncio deveriam ser as grandes novidades do mundo.  
 (E) só é possível que nos solidarizemos se houver calma e silêncio.
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Aquele a quem ..... (**sensibilizar**) os fatos do noticiário deve poupar-se de acompanhá-los todos os dias.  
 (B) Não ..... (**dever**) mover a ninguém as esperanças ou a crença em que o mundo se torne mais discreto e silencioso.  
 (C) Em qualquer notícia que provenha do nosso íntimo não mais ..... (**haver**) de se ocultar as verdades que fingimos desconhecer.  
 (D) As pessoas a quem ..... (**impor**) a TV, diuturnamente, notícias de toda espécie perdem a capacidade de discriminar o que é ou não importante.  
 (E) As novidades que dentro de mim se ..... ( **mascarar**) só se revelarão mediante uma análise introspectiva.
9. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Quem se obriga a se informar o tempo todo acabaria por faltar-se de todas as notícias, sejam elas importantes ou não.  
 (B) Ele não acreditaria se lhe dissermos que estivesse perdendo a capacidade de distrair-se consigo mesmo.  
 (C) Seria preciso que acreditemos que há, dentro de nós, novidades que pedem calma e silêncio para se haverem dado a conhecer.  
 (D) Só terá sido possível fruir esse estado de contemplação caso fôssemos concentrados em nós mesmos.  
 (E) Por mais que nos informemos, o real sentido das notícias só se revela quando somos inteiramente senhores da nossa consciência crítica.
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase *passaríamos a imaginar coisas*, a forma verbal resultante será
- (A) haveremos de passar a imaginar.  
 (B) passariam a ser imaginadas.  
 (C) passariam sendo imaginadas.  
 (D) teríamos passado a imaginar.  
 (E) teriam passado a imaginar.

**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

### **A respeito do termo etnia**

*Por etnia entende-se um grupo de pessoas que partilham vários atributos, como espaço geográfico, língua, costumes e valores, e que reivindicam para si o mesmo nome étnico e a mesma ascendência. Mas sempre há nisso grande dose de subjetividade. Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras entre as etnias e quantificar os grupos étnicos existentes no planeta. A língua, por exemplo, que parece um critério objetivo, não é suficiente para determinar diversas etnias, se tomada isoladamente, pois muitos grupos étnicos usam o mesmo idioma.*

*O moderno conceito de etnia desenvolveu-se no século XX, em oposição às teorias racistas que evocavam argumentos de ordem biológica para justificar a dominação de um grupo humano sobre outros. A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. Todos os homens pertencem ao gênero Homo e à espécie Homo sapiens. Eventuais variações genéticas são mínimas e insuficientes para configurar diferenciações raciais.*

*Os homens agrupam-se socialmente, e as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. Fundamentalmente, um indivíduo pertence a determinada etnia porque acredita nisso, e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo.*

*A existência de vários grupos étnicos no interior das mesmas fronteiras nacionais é uma situação comum, pois as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. Mas as diferenças étnicas, em diversos casos, são manipuladas para acirrar conflitos de fundo político ou econômico. O próprio conceito de raça humana, há muito não admitido pela antropologia moderna, serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito, violência e barbárie.*

(Adaptado do **Almanaque Abril Cultural** 2009, p. 123)

11. De acordo com o texto, o conceito de **etnia** diz respeito, fundamentalmente,
- (A) às variações genéticas que vêm caracterizando, ao longo da História, os mais diferentes agrupamentos humanos.  
 (B) a critérios de identificação pelos quais se reconhecem grupos humanos, com base em alguns atributos compartilhados.  
 (C) a alguns fatores biológicos pelos quais os homens se distinguem uns dos outros, como a cor da pele ou traços fisionômicos.  
 (D) aos valores culturais que alguns grupos humanos classificam e julgam superiores aos de outros grupos.  
 (E) a critérios científicos e objetivos, a partir dos quais se pode justificar com mais rigor a reivindicação de superioridade cultural.



12. Atente para as seguintes afirmações:
- É mais difícil quantificar os grupos étnicos existentes do que estabelecer diferenças criteriosas entre as etnias.
  - Até o final do século XIX, o fato de haver raças diferentes serviu para justificar uma escalada de violências históricas.
  - O fato de haver diferentes etnias num mesmo território nacional não implica, necessariamente, uma situação de conflito.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- I.
  - II.
  - III.
  - I e II.
  - II e III.
13. Deve-se entender da leitura do segundo parágrafo que
- os estudos que levam ao conceito de **etnia** opõem-se a fundamentos das ciências biológicas.
  - a palavra de **etnia** surgiu como uma espécie de alternativa semântica para veicular o conceito de **raça**.
  - o conceito de **gênero** humano estabeleceu-se em função da invariância dos nossos fatores genéticos.
  - as descobertas científicas foram desconsideradas na formulação do conceito de **etnia**.
  - os fatores biológicos não têm relevância determinante para a fixação conceitual de **etnia**.
14. No quarto parágrafo, afirma-se que conflitos de fundo político ou econômico
- podem ser acirrados por fatores outros, como diferenças étnicas ou invocações do conceito de **raça**.
  - têm sua origem em argumentos que só se justificam quando se considera a antropologia moderna.
  - existem sobretudo em função do instinto de dominação do homem, um impulso natural que provém das diferenças raciais.
  - são, na verdade, conflitos de natureza étnica, embora justificados por razões de ordem racial.
  - ocorrem quando manifestações de preconceito racial têm como justificativa razões de ordem meramente étnica.
15. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário que se faz sobre o texto:
- Pode ser que ainda haja quem defenda o conceito de **raça** enquanto razão de superioridade entre todos os seres humanos.
  - A antropologia moderna tem um papel decisivo no conceito de **raça**, ao qual ela deixou de relevância em função dos conceitos étnicos.
  - São diferenças históricas, ou mesmo culturais, pelas quais os homens deixam de agregar-se socialmente, estabelecendo-as entre si.
  - Muitas das piores manifestações de barbárie humana deveram-se à manipulação do conceito de **raça**, hoje rechaçado pela antropologia.
  - Ainda que houvessem variações genéticas, elas seriam mínimas para almejam a configuração de efetivas diferenças raciais entre os homens.
16. Considerando-se a correção da frase e o contexto, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que vem entre parênteses em:
- A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. (**aonde for o caso de**)
  - (...) as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. (**em meio a elas**)
  - (...) e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo. (**se comparte entre os**)
  - (...) as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. (**não obstante as**)
  - (...) serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito (...) (**razão de somenos para**)
17. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- São vários os atributos a que se pode recorrer para caracterizar um grupo étnico.
  - Não são claras as fronteiras em cujas se deseja estabelecer uma objetiva distinção entre etnias.
  - São mínimas as variações genéticas de que se poderia levar em conta para configurar alguma diferenciação racial.
  - O fenômeno das migrações é um fator concorrente de que as populações não sejam homogêneas.
  - O próprio conceito de **raça** humana, de cujo ninguém duvidava, é hoje dado como ultrapassado.
18. Representam uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, os seguintes segmentos do texto:
- (...) grupo de pessoas que partilham vários atributos / há nisso grande dose de subjetividade. (1º parágrafo)
  - Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras / a língua (...) parece um critério objetivo. (1º parágrafo)
  - O moderno conceito de etnia desenvolveu-se no século XX / em oposição às teorias racistas. (2º parágrafo)
  - (...) um indivíduo pertence a determinada etnia porque acredita nisso / e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos. (3º parágrafo)
  - (...) migrações no decorrer da história / as populações humanas não são homogêneas. (4º parágrafo)



19. Está plenamente adequada a pontuação da frase:
- (A) Entenda-se que para se considerar a existência de uma etnia, não pode deixar de ocorrer uma auto-identificação, ou seja uma autoconsciência de grupo social.
- (B) Foram, de fato, inúmeras as atrocidades perpetradas em nome de interesses políticos e econômicos, devidamente mascarados, aliás, por razões de ordem racial.
- (C) De acordo com a antropologia moderna, os grupos étnicos, devem ser considerados a partir de critérios, que incluam aspectos culturais, e fatores históricos.
- (D) Mesmo as pequenas diferenças étnicas, podem acabar servindo de pretexto, para que alguns grupos se sobreponham aos outros movidos por razões políticas.
- (E) Não há como separar, do conceito de etnia a noção de compartilhamento cultural, pela qual, diferentes grupos humanos, tomam consciência de sua própria identidade.

20. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:
- (A) Desenvolveu-se ao longo do século XX vários conceitos científicos, inclusive o de etnia.
- (B) Deve-se à antropologia moderna alguns avanços históricos, sobretudo no que diz respeito ao conceito de raça.
- (C) Constam entre as mais cruéis manifestações de barbárie a promoção dos terrores raciais, levada a cabo pelos nazistas.
- (D) Já não se pode lançar mão de razões racistas para se camuflar um interesse econômico ou político.
- (E) Não deixarão de haver, infelizmente, novas atrocidades coletivas, em nome de novos pretextos.

**Atenção:** As questões de números 21 a 30 referem-se ao texto seguinte, do filósofo francês Montaigne, influente pensador do século XVI.

### **Da moderação**

*Como se tivéssemos infeccioso o tato, ocorre-nos corromper, se as manusearmos em excesso, as coisas que em si são belas e boas. A virtude pode tornar-se vício se ao seu exercício nos dedicarmos com demasiada avidez e violência. E jogam com as palavras os que dizem não haver excesso na virtude porque não há virtude onde há excesso: "Não é sábio o sábio, nem justo o justo, se seu amor à virtude é exagerado".*

*Trata-se de uma sutileza filosófica. Pode-se dedicar imoderado amor à virtude e ser excessivo em uma causa justa. Preconiza o apóstolo São Paulo, a esse respeito, um equilíbrio razoável: "Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento". Vi um dos grandes deste mundo prejudicar a religião por se entregar a*

*práticas religiosas incompatíveis com a sua condição social. Aprecio os caracteres moderados e prudentes: ultrapassar a medida, ainda que no sentido do bem, é coisa que me espanta, se não me incomoda, e a que não sei como chamar. Mais estranha do que justa se me afigura a conduta da mãe de Pausânias, que foi a primeira a denunciá-lo e a contribuir com a primeira pedra para a morte do filho\*; nem tampouco aprovo a atitude do ditador Postúmio, mandando matar o filho que, no entusiasmo da mocidade, saíra das fileiras para atacar o inimigo, com felicidade, aliás. Não me sinto propenso nem a aconselhar nem a imitar tão bárbara virtude.*

*Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança. Minha vista se perturba se de repente enfrenta uma luz violenta, quando então vejo tão pouco como na mais profunda escuridão.*

\*Nota: A mãe de Pausânias depositara um tijolo diante do templo de Minerva, onde se refugiara o rei, seu filho. Os lacedemônios, aprovando-lhe o julgamento simbólico, ergueram muros em torno do refúgio e deixaram o prisioneiro morrer de fome.

(Adaptado de Montaigne, **Ensaio**)

21. Da compreensão geral do texto resulta adequada a seguinte conclusão: para Montaigne,
- (A) a todo vício corresponde uma virtude, que resulta do exagero dele.
- (B) é desejável que o equilíbrio comande o exercício das demais virtudes.
- (C) nenhuma virtude é possível quando quem a pratica não sabe exagerar.
- (D) a moderação costuma esvaziar a desejável intensidade das virtudes.
- (E) a sabedoria da moderação é inócua, pois o sábio é sempre imoderado.

22. Atente para as seguintes afirmações:

- I. *A virtude pode tornar-se vício se ao seu exercício nos dedicarmos com demasiada avidez e violência.*
- II. *Pode-se dedicar imoderado amor à virtude e ser excessivo em uma causa justa.*
- III. *(...) ultrapassar a medida, ainda que no sentido do bem, é coisa que me espanta.*

As referências aos casos da mãe de Pausânias e do ditador Postúmio podem bem ilustrar o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.



23. Ao citar as frases *Não é sábio o sábio, nem justo o justo, se seu amor à virtude é exagerado* e *Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento*, Montaigne deseja mostrar que
- (A) ambas as frases admitem que o excesso nem sempre é vicioso.
- (B) a primeira frase apenas ameniza o sentido radical da segunda.
- (C) a segunda frase desmente o que afirma a primeira.
- (D) ambas as frases atestam a conveniência da plena moderação.
- (E) a segunda frase lhe parece mais irracional do que a primeira.
- 
24. *Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança.*
- Considerando-se o contexto, deve-se entender que a frase acima está expressando, de modo figurado, a seguinte convicção:
- (A) o homem que pratica moderadamente a virtude vale tanto quanto o que é exageradamente virtuoso.
- (B) mais vale a pena tudo arriscar nas altas virtudes do que se conformar com as pequenas.
- (C) é mais fácil visar às virtudes que estão ao nosso alcance do que àquelas que mal vislumbramos.
- (D) os vícios costumam ser tão excessivos quanto as virtudes, cabendo em ambos os casos um pouco de moderação.
- (E) o excesso é tão condenável quanto a insuficiência, quando se trata da prática de uma virtude.
- 
25. Deve-se entender que a *bárbara virtude* a que alude Montaigne ao final do segundo parágrafo foi assim qualificada porque Postúmio
- (A) se deixou levar pelos excessos da mocidade.
- (B) se mostrou hesitante diante da insolência do jovem.
- (C) demonstrou cruel obsessão pelo senso de disciplina.
- (D) decidiu punir cruelmente a rebeldia das fileiras.
- (E) se revelou um sádico diante das hostes inimigas.
- 
26. *Não sejas mais comportados do que o necessário; ponde alguma sobriedade no bom comportamento.*
- A frase acima permanecerá correta com a substituição das formas verbais sublinhadas, respectivamente, por:
- (A) sejas - ponhais
- (B) seja - põe
- (C) sede - ponhais
- (D) sejas - põe
- (E) sejas - ponhas
- 
27. É preciso **corrigir**, por falha estrutural, a redação da frase:
- (A) Nenhuma das virtudes está imune aos defeitos que representam os excessos com que podem ser exercidas.
- (B) Os excessos da prática de uma virtude podem constituir o mesmo defeito do qual, por princípio, se desejaria combater.
- (C) O autor considerou uma sutileza filosófica o que expressa o texto citado, no qual também acusa um jogo de palavras.
- (D) Montaigne não vê senão excesso na reação supostamente virtuosa da mãe de Pausânias, ou na do ditador Postúmio.
- (E) A alegoria do arqueiro demonstra, de modo prático e objetivo, que a virtude não deve ser buscada nos extremos.
- 
28. A moderação não é fácil de alcançar; há quem veja a moderação como sinal de fraqueza; consideram outros a moderação um atributo dos tímidos – sem falar nos que atribuem à moderação a pecha da covardia.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) a veja - consideram-na outros - lhe atribuem
- (B) lhe veja - a consideram outros - atribuem-na
- (C) a veja - consideram-lhe outros - atribuem-na
- (D) veja a ela - consideram-na outros - atribuem-lhe
- (E) veja-a - a consideram outros - a atribuem
- 
29. *Falha o arqueiro que ultrapassa o alvo, da mesma maneira que aquele que não o alcança.*
- O elemento sublinhado na frase acima tem sentido equivalente ao da expressão
- (A) com a mesma perícia.
- (B) nas mesmas condições.
- (C) o que também ocorre com.
- (D) conquanto possa ocorrer com.
- (E) ainda que o mesmo aconteça a.
- 
30. Quanto à redação da **Nota**, ao pé do texto, é correto afirmar que
- (A) as formas *depositara* e *se refugiara* expressam ações que ocorreram concomitantemente.
- (B) o pronome *lhe*, na forma *aprovando-lhe*, está-se referindo a *templo de Minerva*.
- (C) a expressão *juízo simbólico* está empregada no sentido de **juízo inconsequente**.
- (D) a frase *ergueram muros em torno do refúgio* pode ser substituída, adequadamente, por **muraram aonde era o refúgio**.
- (E) o tempo da forma verbal *refugiara* indica ação anterior à expressa pelo tempo da forma verbal *ergueram*.



### Noções de Direito Constitucional

31. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República,
- (A) dispor sobre fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
  - (B) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
  - (C) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
  - (D) autorizar referendo e convocar plebiscito.
  - (E) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

32. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,
- (A) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
  - (B) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro, ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
  - (C) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
  - (D) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
  - (E) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, sendo vedada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais.

33. Considere as seguintes afirmações sobre a proposta orçamentária do Ministério Público:
- I. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e, caso encaminhada em desacordo com esses limites, caberá ao Poder Executivo proceder aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
  - II. Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.
  - III. Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) II, apenas.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I, II e III.

34. Ato lesivo ao patrimônio público e ao meio ambiente, praticado por entidade integrante da Administração Pública, poderá ser anulado, judicialmente, por meio de
- (A) mandado de injunção impetrado por partido político.
  - (B) ação popular proposta por qualquer cidadão.
  - (C) *habeas data* impetrado por organização sindical, na defesa dos interesses de seus membros.
  - (D) mandado de segurança coletivo impetrado pelo Ministério Público.
  - (E) *habeas corpus* impetrado por qualquer indivíduo.

35. Ao organizar o Poder Legislativo, na esfera federal, a Constituição da República prevê que
- (A) a Câmara dos Deputados será composta de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
  - (B) o Senado Federal será composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
  - (C) a representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
  - (D) as deliberações de cada Casa legislativa serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros, salvo disposição constitucional em contrário.
  - (E) o número total de Senadores será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta representantes.

36. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República,
- (A) será chamado ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, que deverá completar o período de mandato de seus antecessores.
  - (B) será realizada eleição pelo Congresso Nacional, trinta dias depois da última vaga, caso a vacância ocorra nos últimos dois anos do período presidencial.
  - (C) deverá ser convocado plebiscito para decidir quanto à necessidade de realização de nova eleição.
  - (D) caberá ao Tribunal Superior Eleitoral dar posse aos candidatos segundos colocados no pleito em que eleitos os antecessores.
  - (E) não há solução prevista expressamente na Constituição da República para a sucessão, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria.

37. Será considerado inelegível, nos termos da Constituição da República,
- (A) o Governador de Estado no exercício de seu primeiro mandato que, pretendendo a reeleição, não renunciar até seis meses antes do pleito.
  - (B) o Deputado Federal no exercício de segundo mandato consecutivo que pretenda reeleger-se.
  - (C) quem tenha sido condenado criminalmente por decisão judicial, mesmo que ainda não transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
  - (D) brasileiro naturalizado que queira candidatar-se a uma vaga no Senado Federal.
  - (E) o filho adotado de Governador do Estado que pretenda candidatar-se a Prefeito da Capital do Estado.



38. Ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a Constituição da República admite, expressamente, que seja objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho
- (A) a concessão de seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
  - (B) a garantia de irredutibilidade do salário.
  - (C) o décimo-terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
  - (D) o prazo prescricional para propositura de ação judicial quanto aos créditos resultantes da relação de trabalho.
  - (E) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

39. Incluem-se entre os bens dos Estados
- (A) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares.
  - (B) o mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos.
  - (C) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
  - (D) as ilhas fluviais e lacustres não-pertencentes à União.
  - (E) os potenciais de energia hidráulica.

40. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional do direito de propriedade:
- I. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
  - II. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
  - III. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, desde que mediante indenização prévia em dinheiro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

### Noções de Direito Administrativo

41. NÃO contempla prerrogativa inerente ao regime jurídico administrativo:
- (A) impenhorabilidade dos bens públicos.
  - (B) imprescritibilidade dos bens públicos.
  - (C) revogação unilateral, pela Administração, de contratos por motivo de interesse público.
  - (D) possibilidade de praticar todos os atos não proibidos por lei.
  - (E) sujeição dos atos a controle interno e autotutela.

42. Considere as afirmações abaixo, relativas ao conceito de serviço público:
- I. O conceito de serviço público varia no tempo e no espaço, cabendo a cada ordenamento jurídico definir quais são tais serviços.
  - II. No Brasil, os serviços públicos são relacionados pela Constituição, embora haja espaço para a criação de novos serviços públicos por lei formal.
  - III. O conceito estrito de serviço público inclui toda prestação de serviços pelos órgãos do Estado e entidades da Administração Indireta que possa gerar comodidade fruível pelos cidadãos, tais como justiça e segurança pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

43. "A pessoa legalmente investida em cargo, de provimento efetivo ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e remunerado pelos cofres públicos."

Esta é a definição de

- (A) agente público.
- (B) particular em colaboração com a Administração.
- (C) servidor público em sentido amplo.
- (D) empregado público.
- (E) funcionário público.

44. No Estado de Goiás, o provimento de cargos em comissão
- (A) depende de concurso público, salvo se já houver prévia investidura em cargo de provimento efetivo.
  - (B) é feito por decreto do Governador do Estado.
  - (C) está condicionado à prévia apresentação de declaração de bens e valores do nomeado.
  - (D) é restrito aos funcionários que já sejam titulares de cargo de provimento efetivo.
  - (E) implica a automática posse do cargo, sem necessidade de outro ato formal do funcionário.



45. A respeito das sanções por improbidade administrativa, tal como previstas pela Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que
- (A) é possível a decretação de indisponibilidade dos bens do acusado, nos casos de atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito ou que lesem o patrimônio público.
- (B) os herdeiros do infrator respondem ilimitadamente pelos prejuízos causados por este, caso venha a falecer no curso do feito.
- (C) a propositura da ação gera automaticamente a indisponibilidade dos bens do acusado, cabendo posteriormente sua ratificação por decisão judicial.
- (D) a condenação ao ressarcimento do dano deverá ser efetuada em ação autônoma, ainda que a condenação por improbidade administrativa tenha eficácia de coisa julgada na esfera cível.
- (E) são imputáveis apenas os agentes administrativos que tenham direta participação no evento, sem prejuízo da responsabilização disciplinar daqueles que tenham com ele concorrido.
- 
46. No exercício de seu poder regulamentar, o Chefe do Poder Executivo pode expedir, relativamente a todas as matérias de sua competência, regulamentos
- (A) autônomos, destinados a criar normas jurídicas gerais e abstratas, independentemente de lei anterior.
- (B) autônomos, cuja eficácia e aplicabilidade independe de posterior manifestação do Poder Legislativo.
- (C) de execução, destinados a dar fiel cumprimento às leis.
- (D) de execução, destinados a dar fiel cumprimento aos decretos por ele expedidos.
- (E) independentes, destinados a regulamentar a prestação de serviços públicos.
- 
47. Dentre os elementos dos atos administrativos, citam-se
- (A) a autoexecutoriedade, a imperatividade e a presunção de legalidade.
- (B) a discricionariedade e a vinculação.
- (C) a anulação e a revogação.
- (D) o objeto, a finalidade e o motivo.
- (E) os atos de império, os atos negociais e os atos de gestão.
- 
48. Em relação à invalidação dos atos administrativos é correto afirmar que
- (A) apenas os atos discricionários podem ser objeto de revogação.
- (B) apenas os atos vinculados podem ser objeto de anulação.
- (C) a revogação por conveniência e oportunidade desobriga a Administração de indenizar o particular lesado.
- (D) a anulação sempre se dá em caráter *ex nunc* e respeita os efeitos produzidos durante a vigência do ato.
- (E) a revogação sempre se dá em caráter *ex tunc* e desfaz os efeitos produzidos durante a vigência do ato, com ou sem indenização.
- 
49. O princípio da presunção de legalidade dos atos administrativos
- (A) impede sua apreciação pelo Poder Judiciário.
- (B) permite que a sua legalidade seja questionada, embora o ato seja considerado válido até decisão em contrário.
- (C) torna verdadeiros, em caráter absoluto, os fatos alegados pela Administração como motivos para edição do ato.
- (D) permite ao Poder Judiciário analisar apenas seus aspectos de constitucionalidade, não de legalidade.
- (E) é incompatível com os demais princípios administrativos e constitui exceção ao regime jurídico de direito público.
- 
50. Considere as situações abaixo descritas, relativamente a atividades desempenhadas por servidores públicos do Estado de Goiás, no exercício de suas funções:
- I. deixar, injustificadamente, de arrecadar tributos a seu cargo.
- II. empregar meio vexatório na cobrança de tributo ou receita pública.
- III. deixar de recolher ou repassar tributos aos cofres públicos.
- É infração disciplinar também punível com multa o que está descrito em
- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.
- 
- Legislação Específica do Estado de Goiás e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**
51. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás
- (A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- (B) apreciar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos apenas da administração direta.
- (C) processar e julgar o Governador e o Vice-Governador por crime de responsabilidade e os Secretários de Estado por crime da mesma natureza, conexo com aquele.
- (D) julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- (E) proceder à tomada de contas do Governador, quando não prestadas dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa.



52. O poder que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás possui para, no âmbito de sua competência e jurisdição, expedir atos normativos sobre matéria de sua atribuição e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando os jurisdicionados ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade, denomina-se
- (A) processual.  
(B) disciplinar.  
(C) de Polícia.  
(D) jurisdicional.  
(E) regulamentar.
53. Segundo o Regimento Interno, é vedado ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás
- (A) resolver os incidentes relativos à ordem e andamento dos processos.  
(B) participar de sociedade comercial, exceto como acionista ou cotista sem ingerência.  
(C) exercer representação perante o Tribunal transcorridos 4 anos do afastamento do cargo por aposentadoria.  
(D) exercer comissão remunerada ou não em concessionárias de serviço público.  
(E) desincumbir-se das missões e dos encargos que o Tribunal lhe confiar.
54. Aceitação formal das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, denomina-se
- (A) indicação.  
(B) nomeação.  
(C) posse.  
(D) lotação.  
(E) contratação.
55. A prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos e na execução dos atos e diligências administrativas é assegurada quando figure, em qualquer grau de instância, como requerente ou interveniente, pessoa com idade igual ou superior a
- (A) 55 anos.  
(B) 60 anos.  
(C) 65 anos.  
(D) 70 anos.  
(E) 75 anos.
56. Considere:
- I. O processo administrativo somente poderá ter início mediante pedido do interessado.  
II. Não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.  
III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo poderá ser iniciado perante a autoridade de qualquer grau hierárquico para decidir:
- Considerando a regulamentação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.  
(B) I e II.  
(C) II.  
(D) II e III.  
(E) III.
57. A modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, denomina-se
- (A) Convite.  
(B) Registro de Preço.  
(C) Leilão.  
(D) Tomada de Preço.  
(E) Pregão.
58. A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de
- (A) serviços de copeiragem.  
(B) serviços de apoio administrativo.  
(C) serviços de assistência médica.  
(D) locações imobiliárias.  
(E) serviços de eventos.
59. De acordo com a Resolução Normativa nº 11, de 10/10/2001, diante da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano aos cofres públicos, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências com vistas a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e imediato ressarcimento ao erário, no prazo máximo de
- (A) 15 dias.  
(B) 30 dias.  
(C) 40 dias.  
(D) 50 dias.  
(E) 60 dias.
60. De acordo com a Resolução Normativa nº 11, de 10/10/2001, o processo devidamente formalizado, dotado de rito próprio, que objetiva apurar a responsabilidade daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário denomina-se
- (A) Tomada de Conta Especial.  
(B) Tomada de Conta.  
(C) Prestação de Contas.  
(D) Prestação de Contas do Governador.  
(E) Tomada de Contas Extraordinária.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I**

61. "Os conceitos utilizados em avaliação foram desenvolvidos pela economia e estão associados à função de produção que vincula recursos, insumos, processos e produtos." (Cohen; Franco, 2004). Em relação à avaliação de projetos, considere:
- I. A cobertura de um projeto é o grau em que se alcançam os objetivos e metas de tal projeto em um determinado período de tempo.
  - II. A eficiência, nos casos em que a quantidade de produto estiver predeterminada, refere-se à minimização do custo total do projeto.
  - III. A eficácia e eficiência das metas e objetivos intermediários é uma condição necessária, mas não suficiente para a consecução dos objetivos finais de um projeto.
  - IV. A efetividade é expressa pela relação entre o custo real e o custo programado em um determinado período de tempo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) II e III.
  - (D) II e IV.
  - (E) III e IV.
- 
62. O orçamento-programa se diferencia do orçamento tradicional
- (A) pela alocação de recursos visar à consecução de objetivos e metas.
  - (B) pela ênfase na legalidade no cumprimento do orçamento.
  - (C) por estar dissociado dos processos de planejamento e programação das ações públicas.
  - (D) pela inexistência de sistemas de acompanhamento e medição do trabalho.
  - (E) por adotar como principais critérios de classificação: unidades administrativas e elementos de despesa.
- 
63. No ciclo orçamentário, uma das atividades realizadas durante o processo de elaboração do orçamento é
- (A) a proposição pelo poder legislativo de emendas ao projeto de lei do orçamento.
  - (B) a aprovação de um quadro de cotas trimestrais de despesa que cada unidade fica autorizada a utilizar.
  - (C) a apresentação das premissas, metodologia e memórias de cálculos de previsões de receita pelo poder executivo.
  - (D) o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso.
  - (E) a publicação resumida do relatório de execução orçamentária.
- 
64. O art. 5º da Lei nº 4.320/64 ao determinar que a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único, incorpora às suas disposições o princípio orçamentário da
- (A) exclusividade.
  - (B) unidade.
  - (C) universalidade.
  - (D) anualidade.
  - (E) especificação.



65. Sobre as disposições constitucionais e legais referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), considere:
- I. A LDO disporá sobre normas relativas ao controle de custos dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
  - II. A LDO disporá sobre as orientações para elaboração da Lei do Plano Plurianual, assim como sobre as alterações na legislação tributária.
  - III. A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
  - IV. As emendas ao projeto de Lei do Orçamento Anual somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) III e IV.
  - (D) I, III e IV.
  - (E) II, III e IV.
- 
66. O prefeito do município de Queluz pretende realizar a construção de um hospital nos dois próximos exercícios financeiros, mas verificou que o investimento não está incluído no Plano Plurianual (PPA). Neste caso, o prefeito poderá iniciar a obra
- (A) desde que exista uma lei que autorize a inclusão da despesa no PPA, sob pena de crime de responsabilidade.
  - (B) desde que seja uma prioridade definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias dos dois próximos exercícios, mesmo não havendo alteração no PPA.
  - (C) desde que a despesa seja fixada na Lei Orçamentária Anual dos dois próximos exercícios, não necessitando alterar o PPA.
  - (D) pois trata-se de uma despesa decorrente de despesa de capital, não precisando estar incluída no PPA.
  - (E) haja vista tratar-se de um programa de duração continuada, não precisando estar incluída no PPA.
- 
67. De acordo com a Lei nº 101/2000, a Lei Orçamentária Anual deverá conter reserva de contingência, cujo montante será definido com base na Receita Corrente Líquida. Uma receita que NÃO se inclui no cálculo da Receita Corrente Líquida de um município é aquela oriunda de
- (A) arrecadação de impostos.
  - (B) operações de crédito.
  - (C) transferências correntes.
  - (D) dívida ativa.
  - (E) taxas pela prestação de serviços.

68. Considere os itens extraídos dos relatórios de execução orçamentária relativos às despesas de uma Prefeitura no exercício de X1:

Despesas	R\$ (mil)
Construção de posto de saúde.....	150.000
Consultas Médicas.....	600.000
Função Educação.....	980.000
Limpeza de ruas e praças.....	145.000
Material de Consumo.....	135.000
Pessoal e Encargos Sociais.....	1.200.000
Poder Legislativo.....	127.000
Reorganização do Setor de Suprimentos.....	50.000
Secretaria da Saúde.....	800.000
Secretaria de Planejamento e Orçamento.....	150.000
Serviços de Consultoria Jurídica.....	25.000
Atenção Básica à Saúde.....	700.000
Serviços de Terceiros.....	85.000
Ensino Fundamental.....	842.000

A soma dos itens que se referem à classificação da despesa por atividades é, em milhares de reais,

- (A) 1.542.000
- (B) 855.000
- (C) 795.000
- (D) 745.000
- (E) 225.000



69. No orçamento público, vários critérios são considerados na classificação das despesas. As categorias "Projeto" e "Operações Especiais" fazem parte da classificação
- (A) funcional.
  - (B) por programas.
  - (C) por categorias econômicas.
  - (D) por modalidade de aplicação de recursos.
  - (E) por elementos.
- 
70. É exemplo de despesa orçamentária
- (A) o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.
  - (B) o reconhecimento da correção monetária da dívida fundada.
  - (C) o pagamento de juros de empréstimos referentes à antecipação da receita orçamentária.
  - (D) o recolhimento dos valores retidos na folha de pagamentos a título de contribuição previdenciária.
  - (E) a devolução de depósitos feitos a favor da entidade pública a título de caução.
- 
71. Considere os fatos a seguir:
- Lançamento da previsão da receita e da fixação da despesa referente à aprovação do orçamento de um entidade pública com base na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 2.000.000,00.
  - Empenho de despesas com: pessoal R\$ 800.000,00; serviços de terceiros R\$ 122.000,00; material de consumo R\$ 184.000,00; aquisição de imóveis R\$ 242.000,00; juros e encargos da dívida fundada R\$ 80.000,00.
  - Liquidação de despesas com: pessoal R\$ 800.000,00; serviços de terceiros R\$ 100.000,00; material de consumo R\$ 170.000,00; aquisição de imóveis R\$ 112.000,00; juros e encargos da dívida fundada R\$ 80.000,00.
  - Pagamento de despesas com: pessoal R\$ 743.000,00; serviços de terceiros R\$ 96.000,00; material de consumo R\$ 170.000,00; aquisição de imóveis R\$ 36.000,00; juros e encargos da dívida fundada R\$ 80.000,00.
  - Pagamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 90.000,00.
  - Inscrição de Tributos em Dívida Ativa no valor de R\$ 36.000,00.
- O valor da inscrição de restos a pagar processados no período foi
- (A) R\$ 47.000,00
  - (B) R\$ 137.000,00
  - (C) R\$ 166.000,00
  - (D) R\$ 303.000,00
  - (E) R\$ 572.000,00
- 
72. Em relação aos Restos a Pagar e de acordo com a Lei nº 101/2000, é vedado ao titular do Poder Executivo, contrair obrigação de despesas que não possa ser cumprida integralmente ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito
- (A) nos últimos dois meses de cada exercício.
  - (B) nos últimos dois trimestres do seu mandato.
  - (C) nos últimos dois bimestres do seu mandato.
  - (D) nos últimos dois quadrimestres do seu mandato.
  - (E) no último quadrimestre do seu mandato.



73. A dívida fundada compreende

- (A) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- (B) as operações de crédito para antecipação da receita orçamentária.
- (C) as consignações a pagar.
- (D) os depósitos cauções recebidos de terceiros.
- (E) as operações de crédito com prazo inferior a 12 meses, cujas receitas tenham constado no orçamento.

74. Considere os dados extraídos dos relatórios de execução orçamentária de uma prefeitura:

Arrecadação do 1º Período de X1 (janeiro/julho).....	R\$ 300.000,00
Arrecadação do 2º Período de X1 (agosto/dezembro).....	R\$ 400.000,00
Arrecadação do 1º Período de X2 (janeiro/julho).....	R\$ 330.000,00
Receita prevista para X2 .....	R\$ 755.000,00
Abertura de créditos extraordinários em maio/X2 .....	R\$ 10.000,00

O valor de excesso de arrecadação que poderia ser usado para dar cobertura à abertura de créditos especiais era, em reais,

- (A) 5.000,00
- (B) 15.000,00
- (C) 30.000,00
- (D) 45.000,00
- (E) 55.000,00

75. Os créditos suplementares abertos no mês de julho de determinado exercício poderão vigorar

- (A) até o final do exercício seguinte desde que reabertos pelo seu saldo.
- (B) até o mês de julho do exercício seguinte.
- (C) durante o prazo estipulado pela lei que autorizou sua abertura.
- (D) durante a vigência do plano plurianual.
- (E) até o final do exercício em que foram abertos.

76. De acordo com o Decreto-lei nº 200/1967, as atividades da administração pública federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

- (A) planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.
- (B) planejamento, coordenação, centralização, delegação de competência e controle.
- (C) coordenação, centralização, programação, delegação de competência e controle.
- (D) planejamento, coordenação, descentralização, legitimidade e controle.
- (E) planejamento, coordenação, economicidade, legitimidade e controle.



77. Considere o Balanço Orçamentário, em milhares de reais, de uma determinada entidade pública:

RECEITAS				DESPESAS			
Títulos	Previstas	Executadas	Diferença	Títulos	Fixadas	Executadas	Diferença
Receitas Correntes	600	720	120	Créditos Orçamentários e Suplementares	760	800	40
Receitas de Capital	120	144	24	Créditos Especiais	30	10	- 20
				Créditos Extraordinários	10	10	0
SOMA	720	864	144	SOMA	800	820	20
DÉFICIT	80		-80	DÉFICIT		44	44
TOTAL	800	864	64	TOTAL	800	864	64

Sabendo que houve abertura de créditos suplementares no valor de R\$ 40.000,00 com base no superávit financeiro do exercício anterior, é correto afirmar que o

- (A) quociente da execução da receita foi 1,1.
- (B) quociente de cobertura dos créditos adicionais foi 1,6.
- (C) quociente de execução da despesa foi 1,0.
- (D) quociente do equilíbrio orçamentário foi 0,9.
- (E) valor das receitas arrecadadas é igual ao das despesas empenhadas.

78. Considere o Balanço Financeiro (em milhares de reais) de uma determinada entidade pública:

RECEITAS			DESPESAS		
Títulos	R\$	R\$	Títulos	R\$	R\$
Orçamentária		900	Orçamentária		1000
Extraorçamentária			Extraorçamentária		
Entidades Vinculadas	100		Restos a Pagar	50	50
Restos a Pagar	85				
Serviços da Dívida a Pagar	15	200			
Saldo do Exercício Anterior		200	Saldo para o Exercício Seguinte		250
Caixa/Bancos	200		Caixa/Bancos	250	
TOTAL		1300	TOTAL		1300

O quociente financeiro real da execução orçamentária foi

- (A) 0,90
- (B) 1,00
- (C) 1,05
- (D) 1,25
- (E) 4,00

79. Pela análise do Balanço Patrimonial, observou-se que uma entidade pública apresentava, em milhões de reais, Ativo Real Líquido de 100,00 e Passivo Permanente de 375,00 (o que representava 75% da soma do Passivo Real). Sabendo-se que o quociente de situação financeira era de 1,6, é correto afirmar que o Ativo Permanente da entidade era, em milhões de reais,

- (A) 200,00
- (B) 300,00
- (C) 400,00
- (D) 500,00
- (E) 600,00



80. Considere a análise vertical (AV) e a análise horizontal (AH) das receitas orçamentárias, referentes a X1 e X2, extraídas do Balanço Financeiro de uma determinada prefeitura:

Descrição	AV (%) X1	AV (%) X2	AH (%) X2
Receita Orçamentária	100,0	100,0	130,00
Receita Tributária	26,0	30,8	153,85
Receita de Contribuições	5,0	5,4	140,00
Receita Patrimonial	7,5	3,8	66,67
Receita de Serviços	10,0	10,8	140,00
Transferências Correntes	30,0	25,0	108,33
Outras Receitas Correntes	1,5	2,7	233,33
Receitas de Capital	20,0	21,5	140,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) o aumento nas receitas de capital foi proporcionalmente maior do que nas receitas tributárias.
- (B) as receitas correntes representavam 78,5% das receitas orçamentárias em X1.
- (C) a principal fonte de receita, em X2, foi oriunda das transferências correntes.
- (D) houve aumento de arrecadação em todas as fontes de receitas.
- (E) a prefeitura reduziu a sua dependência por transferências correntes em X2.
- 
81. Uma empresa possui em seu imobilizado uma máquina adquirida por R\$ 100.000,00 à vista. A empresa decide vender esta máquina por R\$ 80.000,00, sendo 30% a prazo. No momento da venda, esta máquina possui uma depreciação acumulada de R\$ 45.000,00. Com base nessas informações, o resultado obtido com a venda da máquina será evidenciado na Demonstração de Resultados, de acordo com a Lei nº 11.638/07, como
- (A) lucro não-operacional de R\$ 25.000,00.
- (B) prejuízo não-operacional de R\$ 20.000,00.
- (C) outras receitas de R\$ 25.000,00.
- (D) outras despesas de R\$ 20.000,00.
- (E) lucro não-operacional de R\$ 1.000,00.
- 
82. De acordo com a estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), o valor da venda de um imobilizado e a amortização de um empréstimo (principal) devem ser classificados, respectivamente, no fluxo de caixa das atividades
- (A) operacionais e de investimento.
- (B) de financiamento e de financiamento.
- (C) de investimento e de investimento.
- (D) de investimento e de financiamento.
- (E) de financiamento e operacionais.
- 
83. Suponha a aquisição, em 30/11/X8, de um ativo financeiro no valor de R\$ 1.000,00, classificado na data de aquisição em 'disponível para venda'. Este título remunera à taxa de 2% ao mês e o valor de mercado desse título 30 dias após a sua aquisição é de R\$ 1.015,00. De acordo com estas informações, em 30/12/X8, a empresa registrará,
- (A) na Demonstração de Resultados, receita financeira de R\$ 15,00.
- (B) no Patrimônio Líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 15,00.
- (C) na Demonstração de Resultados, receita financeira de R\$ 20,00 e no Patrimônio Líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 5,00 (saldo devedor).
- (D) na Demonstração de Resultados, receita financeira de R\$ 15,00 e no Patrimônio Líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 20,00 (saldo credor).
- (E) na Demonstração de Resultados, receita financeira de R\$ 15,00 e no Patrimônio Líquido, ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 5,00 (saldo credor).



84. A empresa KKK adquiriu um veículo financiado que será pago em 30 prestações mensais de R\$ 2.000,00 cada. O valor do veículo à vista (valor presente) é de R\$ 45.000,00. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a empresa deve reconhecer no momento da aquisição, em reais, um
- (A) ativo de 45.000,00.
  - (B) passivo financeiro de 15.000,00.
  - (C) passivo de 45.000,00 e uma despesa financeira de 15.000,00.
  - (D) ativo de 45.000,00 e uma despesa financeira de 15.000,00.
  - (E) ativo de 60.000,00 e uma receita financeira de 15.000,00.
- 
85. De acordo com a Lei nº 11.638/07, são exemplos de reservas de capital:
- (A) ágio na emissão de ações e prêmio recebido na emissão de debêntures.
  - (B) produto da alienação de partes beneficiárias e doações.
  - (C) bônus de subscrição e ágio na emissão de ações.
  - (D) subvenções para investimento e doações.
  - (E) reavaliações e prêmio recebido na emissão de debêntures.
- 
86. De acordo com a Lei nº 6.404/76, considera-se valor de mercado dos bens ou direitos destinados à venda o valor
- (A) de reposição.
  - (B) do custo histórico.
  - (C) estimado.
  - (D) presente líquido.
  - (E) líquido de realização.
- 
87. A empresa KW recebeu de clientes R\$ 10.000,00 em janeiro, R\$ 15.000,00 em fevereiro e R\$ 20.000,00 em março, referentes a mercadorias a serem entregues em meses subsequentes. Sabendo que a KW entregou em março as mercadorias referentes ao recebimento de janeiro e em abril as mercadorias referentes ao recebimento de fevereiro e que ainda não entregou as mercadorias referentes ao recebimento de março, o valor da receita reconhecida, nos meses de março e abril, no resultado da empresa foi, respectivamente,
- (A) R\$ 10.000,00 e R\$ 0,00 (zero)
  - (B) R\$ 10.000,00 e R\$ 15.000,00
  - (C) R\$ 20.000,00 e R\$ 0,00 (zero)
  - (D) R\$ 20.000,00 e R\$ 15.000,00
  - (E) R\$ 30.000,00 e R\$ 0,00 (zero)
- 
88. De acordo com a Lei nº 11.638/07, um ativo intangível com vida útil econômica indefinida, após o reconhecimento inicial,
- (A) deve ser amortizado.
  - (B) deve ser depreciado.
  - (C) deve ser exaurido.
  - (D) deve ser trazido a valor presente.
  - (E) está sujeito ao teste de recuperabilidade.
- 
89. Sabendo-se que o ativo circulante da empresa MPM é igual a R\$ 240,00, a liquidez corrente é igual a 1, a participação de capitais de terceiros (grau de endividamento) é igual a 300% e a composição do endividamento é igual a 80%, o patrimônio líquido é igual a, em reais,
- (A) 80
  - (B) 100
  - (C) 200
  - (D) 300
  - (E) 400



90. Suponha que a Cia. ABC tenha recebido em 31.12.08 uma subvenção, na forma de um terreno, para expandir as suas operações. No entanto, esta subvenção está atrelada à obrigação da Cia. de permanecer no município por mais três anos. No final do terceiro ano, a Cia. reconhece a receita referente a esta subvenção e caso não distribua a parcela do lucro líquido decorrente dessa subvenção, na forma de dividendos, constituirá Reserva
- (A) Legal.  
(B) de Capital.  
(C) de Lucros a Realizar.  
(D) de Incentivos Fiscais.  
(E) para Contingências.
- 
91. Uma empresa produz um único produto que é vendido por R\$ 200,00 cada unidade, com 10% de impostos inclusos nesse valor. O valor dos custos variáveis é de R\$ 30,00 por unidade. Os custos fixos são: R\$ 45.000,00/mês referentes à mão de obra e R\$ 7.500,00/mês referentes à depreciação. As despesas fixas são: R\$ 7.500,00/mês referentes a seguros e R\$ 9.000,00/mês referentes ao salário dos administradores. O ponto de equilíbrio contábil, em quantidade, é
- (A) 300  
(B) 350  
(C) 400  
(D) 406  
(E) 460
- 
92. Uma empresa produz um único produto. Os gastos para produzir e vender 200 unidades desse produto são: R\$ 5,00/unidade de custos variáveis, R\$ 10,00/unidade de custos fixos, R\$ 3,00/unidade de despesas variáveis e R\$ 7,00/unidade de despesas fixas. Se a empresa utilizar o Custeio por Absorção, o custo unitário do produto será
- (A) R\$ 5,00  
(B) R\$ 8,00  
(C) R\$ 15,00  
(D) R\$ 18,00  
(E) R\$ 25,00
- 

93. Uma empresa apresenta as seguintes informações, em reais:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
<b>Custo X</b>	1.000 unidades	6	6.000
	1.500 unidades	4	6.000
	2.000 unidades	3	6.000

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
<b>Custo Y</b>	1.000 unidades	3	3.000
	1.500 unidades	3	4.400
	2.000 unidades	3	6.000

Com base nesses dados, é correto afirmar que os custos X e Y são, em relação ao produto, respectivamente,

- (A) variável e fixo.  
(B) fixo e variável.  
(C) variável e direto.  
(D) variável e indireto.  
(E) direto e fixo.



94. A empresa MJC produz quatro produtos, **A**, **B**, **C** e **D**. As informações referentes a cada produto são apresentadas a seguir, em reais:

Produtos		A	B	C	D
Preço de venda	(unitário)	100	120	130	150
Custos variáveis	(unitário)	30	40	60	70
Custos fixos	(unitário)	12	16	24	28
Despesas variáveis	(unitário)	3	10	12	12

Os custos fixos são comuns aos quatro tipos de produtos e alocados com base nos custos variáveis. A empresa tem recursos para investir em propaganda de dois produtos. Supondo que o objetivo seja a maximização do lucro da empresa, deverão ter a venda incentivada os produtos

- (A) A e D.
- (B) A e C.
- (C) B e C.
- (D) B e D.
- (E) A e B.

95. Durante o mês de agosto, a empresa J&J produziu 2.000 unidades de seu único produto para revenda. Nesse período, a empresa incorreu nos seguintes gastos: matéria-prima: R\$ 30.000,00; mão de obra direta: R\$ 6.000,00; energia elétrica (fábrica): R\$ 15.000,00; mão de obra (administração): R\$ 10.000,00; seguros (50% setor industrial): R\$ 20.000,00; depreciação (40% setor industrial): R\$ 10.000,00; salários dos vendedores: R\$ 8.000,00; encargos financeiros referentes a empréstimos: R\$ 5.000,00. Sabendo que não havia estoques iniciais de produtos acabados, toda produção foi iniciada e acabada durante o mês de agosto, e que a empresa nada vendeu nesse período, o valor do estoque final de produtos acabados, pelo custeio por absorção, é

- (A) R\$ 65.000,00
- (B) R\$ 71.000,00
- (C) R\$ 73.000,00
- (D) R\$ 78.000,00
- (E) R\$ 88.000,00

96. Sobre as disposições constitucionais referentes ao controle externo das entidade governamentais, considere:

- I. A abrangência dos controles se restringe à legalidade e à legitimidade dos atos praticados pelos gestores.
- II. Qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- III. Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
- IV. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III.
- (E) III e IV.



97. De acordo com o art. 71 da Constituição Federal de 1988, compete ao Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo, realizar inspeções e auditorias de diversas naturezas. Supondo que o Tribunal de Contas realize auditoria em uma entidade pública com a finalidade de confirmar os valores apresentados nas demonstrações financeiras, ele está realizando uma auditoria
- (A) contábil.
  - (B) de acompanhamento de gestão.
  - (C) de gestão.
  - (D) operacional.
  - (E) especial.
- 
98. De acordo com os dispositivos constitucionais, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, o qual NÃO possui como finalidade
- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
  - (B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.
  - (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
  - (D) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
  - (E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- 
99. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante ou subsequente. Uma das formas de se exercer o controle prévio é por meio
- (A) do Balanço Patrimonial.
  - (B) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
  - (C) do Relatório de Gestão Fiscal.
  - (D) do Empenho da Despesa.
  - (E) da Tomada de contas.
- 
100. A Lei nº 101/2000 prevê que, quando o Poder Executivo ultrapassar 90% (noventa por cento) do limite definido para a despesa total com pessoal, ele será alertado pelo
- (A) Poder Judiciário.
  - (B) Tribunal de Contas.
  - (C) Poder Legislativo.
  - (D) Conselho Municipal.
  - (E) Setor de Contabilidade.